



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS COROAS

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 4.143, de 18 de fevereiro de 2022.
Em Regime de Urgência!

**Concede Revisão Geral e Anual e Aumento do
Padrão Referencial dos Servidores Públicos
Municipais.**

Art. 1º É concedido a título de revisão geral e anual, estabelecida na Lei Municipal nº 2.230, de 01 de abril de 2003, o percentual de 9%, incidente sobre os vencimentos do padrão referencial do magistério público municipal e de todos os servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas e membros do Conselho Tutelar bem como sobre as gratificações, cujo valor de referência, ou referencial, passa a ser R\$ 213,73 (duzentos e treze reais e setenta e três centavos), a contar de 01 de março do ano corrente.

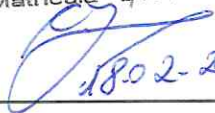
Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações de despesa com pessoal correspondentes a cada centro de custo.

Art. 3º Esta lei municipal entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS COROAS, em 18 de fevereiro de 2022.


ALCINDO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Vereadores de Três Coroas
Claudio Hack
Chefe de Secretaria
Matrícula 2104 - 0/1


18.02.2022



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS COROAS

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

ALCINDO DE AZEVEDO, Prefeito Municipal de Três Coroas, no uso de suas atribuições legais, vem respeitosamente à presença dos Nobres Edis apresentar o seguinte projeto de lei:

“Concede Revisão Geral e Anual e Aumento do Padrão Referencial dos Servidores Públicos Municipais.”

Através do presente Projeto de Lei, o Executivo Municipal vem solicitar a esta Egrégia Casa Legislativa autorização para conceder a revisão geral e anual aos Servidores Públicos Municipais, direito este assegurado através da Lei Municipal nº 2.230, de 01 de abril de 2.003, aumentando seu padrão referencial.

O valor a título de revisão geral e anual foi calculado tendo como base não somente a média dos índices de inflação dos últimos meses, mas também os limites impostos através dos artigos 20, 22 e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere aos gastos com pessoal.

Assim, muito embora a média dos índices seja superior à revisão ora postulada, esta observou os limites de gastos com pessoal impostos através da Lei de Responsabilidade Fiscal, chegando-se, portanto, ao percentual de 9%.

Diante disso, esperamos a compreensão dos senhores edis a eventuais transtornos daí decorrentes e esperamos o pronunciamento favorável a presente proposição.

Prefeitura Municipal de Três Coroas, 18 de fevereiro de 2022.


ALCINDO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal